

PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

DECRETO Nº 1769 DE 08 DE JUNHO DE 2016 - Enquadram no Plano de Carreira e Remuneração (PCR) do Grupo Ocupacional do Magistério (MAG), os servidores que indica. O PREFEITO MUNICIPAL DE SOBRAL, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV da Lei Orgânica do Município, e, CONSIDERANDO, a prescrição normativa descrita no art. 8º da Lei nº 256 de 30 de março de 2000, c/c o art. 7º da Lei 1.021 de 30 de junho de 2010, que organiza e define a organização do Grupo Ocupacional do Magistério e as linhas de transposições, e, CONSIDERANDO, o que dispõe os artigos 29 e 33 da Lei nº 256 de 30 de março de 2000, CONSIDERANDO, o que dispõe o art. 32 da Lei nº 1.021 de 30 de junho de 2010, CONSIDERANDO, ainda, o que dispõe o art. 34 da Lei 1.021 de 30 de junho de 2010, regulamentado pelo Decreto nº 1.325 de 22 de agosto de 2011, DECRETA: Art. 1º Ficam enquadrados no Plano de Carreira e Remuneração (PCR) do Grupo Ocupacional do Magistério (MAG), os servidores elencados na forma delineada nos Anexos I e II, integrantes deste Decreto. Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. PAÇO MUNICIPAL PREFEITO JOSÉ EUCLIDES FERREIRA GOMES JÚNIOR, em 08 de junho de 2016. JOSÉ CLODOVEU DE ARRUDA COELHO NETO - Prefeito Municipal - IRACEMA RODRIGUES SAMPAIO DE SOUZA - Secretária da Educação em Exercício.

ANEXO I - DECRETO Nº 1769 DE 08 DE JUNHO DE 2016

I - Parte Permanente
Grupo Ocupacional - Atividade de Magistério
Categoria Funcional - Educação Básica

SITUAÇÃO ANTERIOR		SITUAÇÃO NOVA	
DISCRIMINAÇÃO/HABILITAÇÃO - MATRÍCULA - NOME	P. E. B. - CLASSE C - REFERÊNCIA 4	CARGO / CLASSE / REFERÊNCIA	P. E. B. - CLASSE D - REF 4
9294 - MARIA LEUZIMIRTES DE LOIOLA MELO		9294 - MARIA LEUZIMIRTES DE LOIOLA MELO	
8503 - LUCIMAR OLIVEIRA MARQUES	P. E. B. - CLASSE B - REFERÊNCIA 5	P. E. B. - CLASSE C - REF 5	8503 - LUCIMAR OLIVEIRA MARQUES
9475 - CLEINILDA ALVES MEDEIROS	P. E. B. - CLASSE B - REFERÊNCIA 4	P. E. B. - CLASSE C - REF 4	9475 - CLEINILDA ALVES MEDEIROS
15747 - ANA CRISTINA DA COSTA	P. E. B. - CLASSE B - REFERÊNCIA 2	P. E. B. - CLASSE C - REF 2	15747 - ANA CRISTINA DA COSTA
0886 - CÉLIA MARIA LEANDRO ALBUQUERQUE		0886 - CÉLIA MARIA LEANDRO ALBUQUERQUE	
16511 - CÉLIA MARIA LEANDRO ALBUQUERQUE		16511 - CÉLIA MARIA LEANDRO ALBUQUERQUE	
15729 - CONCEIÇÃO DE MARIA SOUSA		15729 - CONCEIÇÃO DE MARIA SOUSA	
15831 - CRISTIANE NOGUEIRA ARAÚJO		15831 - CRISTIANE NOGUEIRA ARAÚJO	
15754 - FRANCISCA VANDA SILVA		15754 - FRANCISCA VANDA SILVA	
16248 - JORGE LUIZ ARRUDA COSTA		16248 - JORGE LUIZ ARRUDA COSTA	
16522 - JORGE LUIZ ARRUDA COSTA		16522 - JORGE LUIZ ARRUDA COSTA	
16510 - LIRA AUGUSTA SOARES SANTANA SILVA		16510 - LIRA AUGUSTA SOARES SANTANA SILVA	

ANEXO I - DECRETO Nº 1769 DE 08 DE JUNHO DE 2016

I - Parte Permanente
Grupo Ocupacional - Atividade de Magistério
Categoria Funcional - Educação Básica

CONTINUAÇÃO...

SITUAÇÃO ANTERIOR		SITUAÇÃO NOVA	
DISCRIMINAÇÃO/HABILITAÇÃO - MATRÍCULA - NOME	P. E. B. - CLASSE B - REFERÊNCIA 2	CARGO / CLASSE / REFERÊNCIA	P. E. B. - CLASSE C - REF 2
0900 - LUCIMAR OLIVEIRA MARQUES		0900 - LUCIMAR OLIVEIRA MARQUES	
15810 - MÂRCIA MARIA DE SOUZA		15810 - MÂRCIA MARIA DE SOUZA	
16531 - MÂRCIA MARIA DE SOUZA		16531 - MÂRCIA MARIA DE SOUZA	
15809 - VANESSA MÔNICA ARAÚJO SABÓIA		15809 - VANESSA MÔNICA ARAÚJO SABÓIA	
16452 - ANTONIA APARECIDA LIBERATO DE OLIVEIRA	P. E. B. - CLASSE B - REFERÊNCIA 1	P. E. B. - CLASSE C - REF 1	16452 - ANTONIA APARECIDA LIBERATO DE OLIVEIRA
17088 - ARIELLA CONCEIÇÃO PONTE PIMENTEL		17088 - ARIELLA CONCEIÇÃO PONTE PIMENTEL	
16457 - EDMARA DOS SANTOS CHAVES		16457 - EDMARA DOS SANTOS CHAVES	
17089 - ELIZABETE FERREIRA DO NASCIMENTO		17089 - ELIZABETE FERREIRA DO NASCIMENTO	
17087 - FRANCISCA HAYANNE SABÓIA PRADO		17087 - FRANCISCA HAYANNE SABÓIA PRADO	
16470 - FRANCISCO ANTONIO TEÓFILO ANDRÉ		16470 - FRANCISCO ANTONIO TEÓFILO ANDRÉ	
16463 - JOSENY DA SILVA LIMA		16463 - JOSENY DA SILVA LIMA	
16509 - LUCIA DE FÁTIMA DA SILVA BALICA		16509 - LUCIA DE FÁTIMA DA SILVA BALICA	
17369 - MARINETE MEDEIROS DE LOIOLA		17369 - MARINETE MEDEIROS DE LOIOLA	
17125 - NAUÉBIA BATISTA RODRIGUES		17125 - NAUÉBIA BATISTA RODRIGUES	
17370 - ROSA MARIA MADEIRA CAVALCANTE		17370 - ROSA MARIA MADEIRA CAVALCANTE	
17357 - TALITA JAMILI VASCONCELOS BARBOSA		17357 - TALITA JAMILI VASCONCELOS BARBOSA	
17059 - VERILENE CARNEIRO GOMES		17059 - VERILENE CARNEIRO GOMES	

ANEXO II - DECRETO Nº 1769 DE 08 DE JUNHO DE 2016

II - Parte Provisória
Grupo Ocupacional - Atividade de Magistério
Categoria Funcional - Educação Básica

CONTINUAÇÃO...

SITUAÇÃO ANTERIOR		SITUAÇÃO NOVA	
DISCRIMINAÇÃO/HABILITAÇÃO - MATRÍCULA - NOME	P. E. B. - CLASSE B - REFERÊNCIA 5	CARGO / CLASSE / REFERÊNCIA	P. E. B. - CLASSE C - REF 5
2781 - ISABEL MARIA GARANTIZADO PAIVA		2781 - ISABEL MARIA GARANTIZADO PAIVA	

SECRETARIA DA GESTÃO

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 004/2016 - A PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRAL, através da SECRETARIA DA GESTÃO, representada pelo Senhor JOSÉ DJALMA GOMES, no uso das suas atribuições legais, torna público o Concurso Público para o cargo de Agente Administrativo da Prefeitura Municipal de Sobral, a realizar-se de acordo com as normas contidas neste Edital e sob a coordenação técnico-administrativa do INSTITUTO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL VALE DO ACARAÚ - IADE/UVA, com sede na cidade de Sobral, Estado do Ceará, sito à Rua Domingos Rodrigues nº 239, Bairro Coração de Jesus,

CEP.: 62.043-280, inscrito no CNPJ sob o nº 05.130.881/0001-89 - UVA, destinado ao provimento de vagas para o cargo de Agente Administrativo da Prefeitura Municipal de Sobral, criado pelas Leis Municipais Nº 13/92, de 27/04/1992 e Nº 245, de 19/01/2000 e as que vierem a vagar ou forem criadas no prazo de validade do concurso, conforme discriminado nos anexos integrantes deste Edital. 1. DOS CARGOS 1.1. O Concurso destina-se ao preenchimento de vagas para o cargo de Agente Administrativo existentes na Prefeitura Municipal de Sobral. 1.2. O quantitativo de vagas e o valor da remuneração são os constantes do Anexo I, integrante deste Edital. 1.3. A nomeação dos concursados habilitados será feita obedecendo rigorosamente à ordem de classificação geral, passando, o Agente Administrativo nomeado, a fazer parte do quadro de servidores do município de Sobral, regido por legislação própria. 1.4. Conforme estabelece o art. 37, XVI, da Constituição Federal de 1988, ficam impedidos de ser nomeados os servidores e empregados públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluindo os servidores do Município de Sobral, os servidores e empregados públicos de quaisquer de suas subsidiárias e controladas, salvo nos casos de acumulação lícita de cargos. 1.5. O candidato aprovado e investido em cargo público de provimento efetivo regulamentado por este Edital ficará submetido ao Regime Jurídico Único (Lei Municipal nº 038 de 15 de dezembro de 1992), c/c a Lei nº 256, de 30 de março de 2000, c/c a Lei nº 1021 de 30 de junho de 2010. 2. DOS REQUISITOS PARA INVESTIDURA NO CARGO 2.1. São condições para concorrer: a) Ser brasileiro nato ou naturalizado, conforme disposto na Constituição Federal/1988, ou cidadão português, conforme o artigo 12 da Constituição Federal/1988 e o Decreto Federal nº 70.436/1972; b) Ter, na data da posse, idade mínima de 18 (dezoito) anos completos, ou ser emancipado; c) Estar em dia com as obrigações eleitorais; d) Estar quite com as obrigações militares (se do sexo masculino); e) Ter, na data da posse, o Ensino Médio completo; f) Possuir aptidão física e mental compatível com o exercício do cargo, comprovada em inspeção médica oficial, que será realizada de acordo com a definição do Município de Sobral-CE, antes da posse. O candidato que não possuir aptidão física e mental compatível com o cargo será eliminado do concurso; g) Preencher as demais condições legais exigidas para o cargo que pleiteia. 3. DAS INSCRIÇÕES 3.1. As inscrições serão realizadas através do site <http://concursos.uvanet.br>, no período de 10 a 28 de outubro de 2016. 3.2. Para inscrever-se o candidato deverá acessar o site <http://concursos.uvanet.br>, preencher a ficha requerimento de inscrição on line, imprimir o boleto bancário e efetuar o pagamento da taxa de inscrição, no valor de R\$ 50,00 (cinquenta reais), até a data de vencimento. 3.2.1. Não será aceito pagamento da taxa de inscrição através de depósito em caixa eletrônico, cheque, depósito em conta corrente, ordens de pagamento ou qualquer outra forma diferente da prevista neste Edital. 3.2.2. O pagamento do boleto deverá ser realizado, OBRIGATORIAMENTE, até o dia 31 de outubro de 2016. 3.2.3. Os candidatos que desejarem solicitar isenção da taxa de inscrição deverão efetuar sua inscrição somente nos dias 10, 11, 13 e 14 de outubro de 2016. A ficha requerimento de inscrição disponível no site <http://concursos.uvanet.br> deverá ser entregue, juntamente com a documentação exigida, à Comissão Executiva do Processo Seletivo - CEPS, à Av. Dr. Guarany, 317, Bairro Derby, Sobral-CE, no mesmo período, nos horários de 08 às 11 horas e de 14 às 17 horas, e proceder conforme item 4 deste Edital. 3.2.4. Os candidatos que se inscreverem para as vagas reservadas aos portadores de necessidades especiais deverão entregar, até o último dia de inscrição, à Comissão Executiva do Processo Seletivo - CEPS, à Av. Dr. Guarany, 317, Bairro Derby, Sobral-CE, nos horários de 08 às 11 horas e de 14 às 17 horas, a ficha requerimento de inscrição disponível no site <http://concursos.uvanet.br> e laudo médico, conforme itens 5.1.4 e 5.1.4.1 deste Edital. 3.3. A Organizadora não se responsabilizará por problemas decorrentes do processo de recebimento da taxa de inscrição, por parte da instituição financeira arrecadadora, que possam acarretar indeferimento do pedido de inscrição do candidato. 3.4. A inscrição somente será efetivada após a confirmação de pagamento do boleto impresso através do site <http://concursos.uvanet.br> ou validação da isenção. 3.5. Não será devolvido o valor da taxa de inscrição ao candidato que, após o



Prefeitura Municipal de Sobral
Secretaria da Gestão
Imprensa Oficial do Município



José Clodoveu de Arruda Coelho Neto
 Prefeito Municipal

Carlos Hilton Albuquerque Soares
 Vice-Prefeito

Luciano de Arruda Coelho Filho
 Chefe de Gabinete do Prefeito

Raquel Scarano do Amaral
 Diretora-Presidente da Imprensa Oficial do Município

Antônio Lourenço Tomás Arcanjo
 Procurador Geral do Município

Fátima Lúcia Martins Dantas
 Controladora e Ouvidora Geral do Município

José Djalma Gomes
 Secretário Interino da Gestão

Iracema Rodrigues Sampaio de Souza
 Secretária Interina da Educação

Mônica Souza Lima
 Secretária da Saúde

Eliane Maria Ribeiro Alves Leite
 Secretária da Cultura e do Turismo

Jorge Vasconcelos Trindade
 Secretário de Conservação e Serviços Públicos

José Ilo de Oliveira Santiago
 Secretário de Obras

Gizella Melo Gomes
 Secretária de Urbanismo

Daniela da Fonseca Costa
 Secretária da Tecnologia e Desenvolvimento Econômico

Luiza Lúcia da Silva Barreto
 Secretária da Agricultura e Pecuária

Rosaldo Costa Freire
 Secretário do Esporte

Francisco Erlânio Matos de Almeida
 Secretário da Segurança e Cidadania

Francisca Valdízia Bezerra Ribeiro
 Secretária de Desenvolvimento Social e Combate à Extrema Pobreza

Publicação semanal de responsabilidade da Imprensa Oficial do Município de Sobral.
 Rua Viriato de Medeiros, 1250 - Centro - CEP: 62011-065 | CNPJ: 07.598.634/0001-37 | (88) 3677-1175
www.sobral.ce.gov.br/impresso | iom@sobral.ce.gov.br

pagamento, desistir de participar do Concurso Público ou não preencher qualquer das condições e requisitos estabelecidos neste Edital. 3.6. A inscrição, para todo e qualquer efeito, vale como forma expressa de concordância por parte do candidato de todas as condições, normas e exigências estabelecidas neste Edital. 3.7. Anular-se-á, sumariamente, a inscrição e todos os atos dela decorrentes, se o candidato não atender a todas as condições estabelecidas neste Edital. 3.8. São de responsabilidade única do candidato os dados cadastrais informados na solicitação de inscrição, inclusive quanto à declaração de deficiência. 3.9. A Organizadora não se responsabiliza por inscrições não recebidas por motivos de ordem técnica dos computadores, na hipótese de as falhas não serem de sua responsabilidade. 3.10. Não haverá sob qualquer pretexto inscrições provisórias, condicionais ou extemporâneas. 3.11. Não serão recebidas inscrições ou solicitações de isenção da taxa de inscrição por via postal ou FAX. 3.12. A candidata lactante poderá amamentar durante a realização da prova, desde que leve um acompanhante, que ficará em local determinado pela Comissão do Concurso Público e será responsável pela guarda da criança. 3.12.1. Durante o período de amamentação, a candidata lactante será acompanhada por fiscal do sexo feminino, que garantirá que sua conduta esteja de acordo com os termos e condições estabelecidos na legislação vigente. 3.12.2. Não haverá compensação do tempo de amamentação no período de duração da prova. 3.13. A relação dos candidatos com inscrição indeferida será divulgada no dia 07 de novembro de 2016, através do site <http://concursos.uvanet.br>. Os candidatos com inscrição indeferida poderão interpor recurso, mediante entrega de requerimento por escrito com as devidas justificativa e prova, na sede da CEPS, à Av. Dr. Guarany, 317, Bairro Derby, Sobral-CE nos horários de 08 às 11 horas e de 14 às 17 horas, no prazo de 2 (dois) dias úteis, contados da divulgação do resultado. 3.14. O candidato com inscrição indeferida que não comparecer à sede da CEPS no prazo indicado para regularizar a sua inscrição estará automaticamente eliminado do certame. 4. DA ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO 4.1. Haverá isenção total do valor da taxa de inscrição nos seguintes casos: 4.1.1. Para os doadores de sangue, nos termos da Lei nº 223 de 01/07/1999. 4.1.2. Para os candidatos que estiverem inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico e quem for membro de família de baixa renda, conforme estabelecido no Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007, e no Decreto Federal nº 6.593, de 02 de outubro de 2008: 4.1.2.1. Estar inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal há no mínimo 45 dias. 4.1.2.2. Ter perfil de renda familiar de até meio salário mínimo per capita ou renda familiar total de até 3 salários mínimos. 4.2. Para usufruto de tal direito, o candidato deverá: 4.2.1. Solicitar a isenção durante o preenchimento da ficha requerimento de inscrição on line. 4.2.2. Entregar na Comissão Executiva do Processo Seletivo – CEPS, à Av. Dr. Guarany, nº 317, Bairro Derby, Sobral-CE, nos dias 10, 11, 13 e 14 de outubro de 2016, nos horários de 08 às 11 horas e de 14 às 17 horas, os seguintes documentos: 4.2.2.1. PARA OS DOADORES DE SANGUE: Ficha requerimento de inscrição disponível no site <http://concursos.uvanet.br> e original da certidão, expedida pelo HEMOCE, comprovando 2 (duas) doações de sangue num período de 1

(um) ano e que a última doação tenha sido feita em um prazo de até 12 (doze) meses da realização do Concurso Público. 4.2.2.2. PARA OS CANDIDATOS INSCRITOS NO CADASTRO ÚNICO PARA PROGRAMAS SOCIAIS DO GOVERNO FEDERAL – CADÚNICO: Ficha requerimento de inscrição disponível no site <http://concursos.uvanet.br> e declaração original que contenha a indicação do Número de Identificação Social - NIS, atribuído pelo CadÚnico, em nome do candidato, expedida pelo órgão competente. 4.3. As informações prestadas serão de inteira responsabilidade do candidato, podendo este, a qualquer momento, se agir de má-fé, utilizando-se de declaração falsa, estar sujeito às sanções previstas em lei, sendo também eliminado do Concurso Público e responder por crime contra a fé pública, sem prejuízo de outras sanções legais. 4.4. Serão desconsiderados os pedidos de isenção do pagamento da taxa de inscrição do candidato que: a) Omitir informações e/ou torná-las inverídicas; b) Fraudar e/ou falsificar as informações apresentadas; c) Não solicitar a isenção no ato do preenchimento da ficha requerimento de inscrição on line. 4.5. A solicitação de isenção da taxa de inscrição poderá ser feita por representante do candidato. Serão aceitos até 5 (cinco) requerimentos por cada representante. 4.6. A documentação entregue para obtenção de isenção é de inteira responsabilidade do candidato, não sendo aceitas entrega, substituição ou complementação de documentos após o dia 14 de outubro de 2016, depois das 17 horas. 4.7. O recebimento da documentação do candidato não garante a concessão do benefício. A análise da documentação será realizada posteriormente pela CEPS e caberá ao candidato verificar a validação da isenção a partir do dia 21 de outubro de 2016, através do site <http://concursos.uvanet.br>. 4.8. O candidato cujo pedido de isenção não for aceito e não efetuar o pagamento da taxa de inscrição até o dia 31 de outubro de 2016, terá sua inscrição indeferida, sendo eliminado do Concurso Público. 5. DOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS 5.1. Às pessoas portadoras de necessidades especiais é assegurado o direito de inscrição no presente Concurso Público. 5.1.1. De acordo com os parágrafos 1º e 2º do Art. 37 do Decreto Federal nº 3.298/99, de 20/12/99, o candidato portador de necessidades especiais, em razão da necessidade de igualdade de condições, concorrerá a todas as vagas do cargo pretendido, sendo reservado no mínimo o percentual de cinco por cento em face da classificação obtida. Caso a aplicação do percentual resulte em número fracionado, este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente. 5.1.2. Às pessoas portadoras de necessidades especiais, que pretenderem fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas no Art. 37, inciso VIII, da Constituição Federal e Decreto Federal nº 3.298/99 de 20/12/99, é assegurado o direito de inscrição no presente Concurso Público, desde que a necessidade especial de que são portadoras seja compatível com as atribuições objeto do cargo em provimento. 5.1.3. Consideram-se pessoas portadoras de necessidades especiais aquelas que se enquadrarem nas categorias discriminadas no Art. 4º do Decreto Federal nº 3.298/99. 5.1.4. No ato da solicitação de inscrição on line, o candidato portador de necessidades especiais deverá declarar essa condição e a deficiência da qual é portador, e entregar, até o último dia de inscrição, na

Comissão Executiva do Processo Seletivo - CEPS, à Av. Dr. Guarany, 317, Bairro Derby, Sobral-CE, nos horários de 08 às 11 horas e de 14 às 17 horas, a ficha requerimento de inscrição disponível no site <http://concursos.uvanet.br> e Laudo Médico atestando a espécie e o grau, ou nível da deficiência, bem como a provável causa da deficiência. Este Laudo será retido e ficará anexado à Ficha de Inscrição. 5.1.4.1. O Laudo Médico mencionado no item anterior deverá ser original, conter assinatura com carimbo e nº do CRM do médico responsável e terá validade somente para este Concurso Público, não sendo devolvido, nem fornecidas cópias do mesmo. 5.1.5. Caso o candidato não entregue o Laudo Médico, não será considerado como portador de necessidades especiais apto para concorrer às vagas reservadas, mesmo que tenha assinalado tal opção em seu cadastro de inscrição. 5.1.6. Será eliminado da lista de portadores de necessidades especiais o candidato cuja deficiência informada não se constate. 5.1.7. O candidato portador de necessidades especiais que, no ato da solicitação de inscrição on line, não declarar esta condição, conforme as determinações previstas neste Edital, não poderá impetrar recurso em favor de sua situação. 5.1.8. Caso necessite de prova diferenciada ou condições especiais para se submeter às provas e demais exames previstos neste Edital, o candidato portador de necessidades especiais deverá solicitá-las por escrito no ato da inscrição, na Comissão Executiva do Processo Seletivo - CEPS, à Av. Dr. Guarany, 317, Bairro Derby, Sobral-CE, nos horários de 08 às 11 horas e de 14 às 17 horas, justificando os motivos de sua solicitação. Os candidatos que não o fizerem, seja qual for o motivo alegado, não terão o pedido atendido. 5.1.9. Não serão considerados como deficiência os distúrbios de acuidade visual, passíveis de correção simples do tipo miopia, astigmatismo, estrabismo e congêneres. 5.1.10. As pessoas portadoras de necessidades especiais, resguardadas as condições previstas no Decreto Federal n.º 3.298/99, particularmente em seu Art. 40, participarão do processo seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, avaliação e critérios de aprovação, ao horário e ao local de aplicação das provas e à nota mínima exigida para todos os demais candidatos. 5.1.11. Não havendo candidatos aprovados para as vagas reservadas a portadores de necessidades especiais, estas serão preenchidas pelos demais candidatos que não tenham esta condição, com estrita observância da ordem classificatória. 5.1.12. Os casos omissos neste Edital, em relação aos portadores de necessidades especiais, obedecerão ao disposto no Decreto Federal n.º 3.298/99. 6. DA DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA NO ATO DA NOMEAÇÃO 6.1. No ato da nomeação, serão exigidos os seguintes documentos: a)Carteira de Identidade; b)Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição; c)CPF; d)Inscrição no PIS ou PASEP; e)Carteira Profissional (parte retrato e parte dados pessoais); f)02 (duas) fotos 3x4; g)Carteira de Reservista, se do sexo masculino; h)Certificado de conclusão do Ensino Médio; i)Comprovante de Residência atual – ENERGIA ELÉTRICA, ÁGUA, TELEFONE FIXO. Se em nome do marido ou esposa, comprovar com Certidão de Casamento e a fatura. Se em nome de outra pessoa, comprovar com declaração e a fatura; j)Comprovante de conta corrente na Caixa Econômica (se já possuir conta). 6.2. Apresentar 02 (duas) cópias e originais da documentação acima, para efeito de autenticidade. 7. DO PRAZO DE VALIDADE DO CONCURSO 7.1. O Concurso terá validade pelo prazo de 02 (dois) anos, a contar da data da sua homologação, podendo ser prorrogado por igual período, por ato da autoridade que tenha determinado sua abertura. Durante o prazo de validade do concurso, as vagas que forem criadas poderão ser preenchidos pelos candidatos aprovados. 8. DO PROCESSO SELETIVO 8.1. O Concurso constará de uma única fase, eliminatória e classificatória, que será composta de Prova Objetiva com 50 (cinquenta) questões de múltipla escolha. 8.1.1. A Prova Objetiva (fase única) constará de 50 (cinquenta) questões de múltipla escolha, e versará sobre o programa publicado no anexo II deste Edital. 9. DA PROVA OBJETIVA 9.1. Os candidatos ao cargo de Agente Administrativo farão uma Prova Objetiva com 50 (cinquenta) questões de múltipla escolha, sendo 20 (vinte) questões de Língua Portuguesa, 20 (vinte) questões de Matemática e 10 (dez) questões de Conhecimentos Gerais, conforme conteúdo programático constante no anexo II deste Edital. 9.2. A aplicação da prova será no dia 27 de novembro de 2016, das 8 às 12 horas, em local a ser divulgado no cartão de informação do candidato. 9.2.1. O cartão de informação, documento indispensável para o acesso do candidato ao local de realização das provas, será disponibilizado para impressão no site <http://concursos.uvanet.br>, a partir do dia 21 de novembro de 2016. 9.2.2. Não haverá, sob hipótese alguma, aplicação de provas fora dos locais e horários indicados no Cartão de Informação. 9.3. O candidato deverá comparecer ao local da prova uma hora antes do horário previsto para o início da mesma, munido de caneta esferográfica de tinta azul fabricada em material transparente, cartão de informação e documento oficial de identidade, não sendo admitido na sala o candidato

que se apresentar após o início da prova. 9.3.1. PARA TEREM ACESSO AO LOCAL DA PROVA, OS CANDIDATOS DEVERÃO APRESENTAR OBRIGATORIAMENTE ORIGINAL DO DOCUMENTO OFICIAL DE IDENTIDADE E O CARTÃO DE INFORMAÇÃO. NÃO SERÃO ACEITOS COMO DOCUMENTO DE IDENTIDADE, POR SEREM DESTINADOS A OUTROS FINS, A CERTIDÃO DE NASCIMENTO, O TÍTULO DE ELEITOR, CPF, A CARTEIRA DE RESERVISTA E A CARTEIRA DE ESTUDANTE. 9.3.2. Será aceito Boletim de Ocorrência Policial, expedido há no máximo 90 (noventa) dias da data de realização do Concurso Público, somente nos casos de perda, furto ou roubo do documento oficial de identidade. 9.4. Será considerada nula a resposta marcada no cartão-resposta que contiver indicação de mais de uma alternativa ou ainda omissão ou rasura. 9.5. Não haverá segunda chamada ou repetição de prova, importando a ausência ou retardamento do candidato na sua exclusão do concurso, seja qual for o motivo alegado. 9.6. Durante a prova não será permitida qualquer espécie de consulta, nem uso de máquina calculadora, telefone celular ou outro aparelho eletrônico. 9.7. Ao terminar a prova, o candidato entregará ao fiscal o caderno de questões, juntamente com o cartão-resposta. 10. DO JULGAMENTO DA PROVA OBJETIVA 10.1. A Prova Objetiva (fase única), com 50 (cinquenta) questões de múltipla escolha, será avaliada na escala de 0 (zero) a 1000 (mil) pontos. 11. DA CLASSIFICAÇÃO 11.1. Os candidatos serão classificados em ordem geral decrescente da nota da Prova Objetiva. 11.2. Em caso de empate na classificação final, serão adotados os seguintes critérios para desempate, na seguinte ordem: 1º Maior Pontuação nas Questões de Língua Portuguesa; 2º Maior Pontuação nas Questões de Matemática; 3º Maior Pontuação nas Questões de Conhecimentos Gerais 4º Maior Idade, considerando-se dia, mês e ano de nascimento. 11.3. Serão considerados aprovados os candidatos que acertarem no mínimo 50% (cinquenta) por cento do total de questões em cada prova. 11.4. Alcançarem a classificação por cargo, limitada ao quantitativo de 5 (cinco) vezes o número de vagas oferecidas, conforme Anexo I, por ordem decrescente de pontuação, utilizados os critérios de desempate previstos no subitem 11.2., exigência válida para todos os candidatos. 12. DOS RECURSOS 12.1. Do resultado da fase única do concurso (Prova Objetiva) cabe recurso, dentro de 02 (dois) dias úteis da divulgação do respectivo resultado, à Comissão Executiva do Processo Seletivo – CEPS da Universidade Estadual Vale do Acaraú, localizada à Av. Dr. Guarany, 317, Bairro Derby, Sobral-CE, nos horários de 08 às 11 horas e de 14 às 17 horas. 12.2. A CEPS - UVA somente tomará conhecimento de recursos que versem diretamente sobre a elaboração e gabarito da Prova Objetiva do Concurso Público no prazo de 02 (dois) dias úteis contados da divulgação do gabarito preliminar. 12.3. Os pontos correspondentes às questões porventura anuladas serão atribuídos a todos os candidatos que não obtiveram os pontos na correção inicial. 12.4. Não serão analisados os pedidos de recurso apresentados fora do prazo e/ou em local diferente, sem fundamentação ou fora de contexto. 12.5. O resultado dos recursos, assim como as alterações de gabarito que vierem a ocorrer após o julgamento dos mesmos, estarão à disposição dos candidatos junto à Comissão Executiva do Processo Seletivo – CEPS. 13. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL 13.1. O presente concurso tem como embasamento legal as Legislações Federal, Estadual e Municipal vigentes. 14. DA CARGA HORÁRIA 14.1. A carga horária será de 40 (quarenta) horas semanais. 15. DO ESTÁGIO PROBATÓRIO 15.1. Os ocupantes dos cargos de provimento efetivo ficam sujeitos ao cumprimento obrigatório do Estágio Probatório de 3 (três) anos entre a posse e a investidura permanente, obedecendo às normas estabelecidas na Lei 256, de 30 de março de 2000 c/c a Lei nº 1021 de 30 de junho de 2010, e regulamentado, através de decretos, expedidos pela Prefeitura Municipal de Sobral. 16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS 16.1. A habilitação no concurso público não assegura ao candidato o direito ao ingresso automático no Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Sobral, mas, apenas, a expectativa de ser nomeado seguindo rigorosa ordem de classificação geral, ficando a concretização desse ato condicionada à existência de vaga, à observância das disposições legais pertinentes e, sobretudo, ao interesse e à conveniência administrativa. 16.2. Será excluído do concurso, por ato da Secretaria da Gestão do Município de Sobral, aquele que prestar, em qualquer documento, declaração falsa ou inexata, não comprovar as exigências deste Edital, quando convocado para nomeação, ou deixar de comprovar, através de perícia médica, a deficiência compatível com o cargo para o qual se inscreveu. 16.3. Será excluído do concurso, por ato da Comissão Executiva do Processo Seletivo – CEPS da Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA, o candidato que: a)for surpreendido durante a realização da prova em comunicação com outro candidato, bem como utilizando-se de qualquer espécie de consulta, máquina calculadora, telefone celular, ou outro aparelho eletrônico, ou ainda de livros, notas ou impressos não permitidos;

b) não apresentar documento de identidade, ou quaisquer outros que por força de Lei Federal tenham força de identidade, e o cartão de informação no ato da realização da prova; c) ausentar-se da sala de prova sem o acompanhamento de fiscal, durante a realização da prova. 16.4. A inscrição do candidato importará em conhecimento e aceitação das normas estabelecidas neste Edital. 16.5. Não haverá, em hipótese alguma, devolução da importância paga a título de ressarcimento das despesas com material e serviços. 16.6. O candidato que tenha vínculo funcional com o Município de cargo passível de acumulação deverá optar, no ato da nomeação, pelo cargo para o qual se habilitou no presente concurso, devendo apresentar Certidão Negativa de Acumulação, expedida pela Secretaria da Gestão do Município de Sobral. 16.7. O candidato convocado para a posse que não se apresentar será considerado desistente, perderá o direito de nomeação e será substituído pelo candidato imediatamente subsequente na lista de classificação final, considerando-se a omissão também como desistência. 16.8. O cronograma do concurso consta no anexo III deste Edital. 16.9. O resultado do Concurso será divulgado no dia 23 de dezembro de 2016, no site <http://concursos.uvanet.br>. 16.10. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Executiva do Processo Seletivo – CEPS, nos termos estabelecidos em contrato. 16.11. São partes integrantes deste Edital os seguintes anexos: a) Anexo I – Vagas e Salário b) Anexo II – Programa da Prova Objetiva c) Anexo III – Cronograma Geral Paço Municipal Prefeito José Euclides Ferreira Gomes, em Sobral, 30 de junho de 2016. JOSÉ DJALMA GOMES - Secretário Interino da Gestão do Município de Sobral.

ANEXO I - INTEGRANTE DO EDITAL Nº 004/2016

Quadro I – Vagas

CARGOS	VAGAS	VAGAS PARA PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS	TOTAL DE VAGAS
Agente Administrativo	95	05	100

Quadro II – Salário

Cargo	Vencimento Base (40h)
Agente Administrativo	R\$ 880,00

ANEXO II - INTEGRANTE DO EDITAL Nº 004/2016

PROGRAMA DA PROVA OBJETIVA

LÍNGUA PORTUGUESA	
	I – Compreensão e interpretação de textos. II – Ortografia oficial. III – Acentuação gráfica. IV – Emprego das classes de palavras. V – Pontuação. VI – Concordância nominal e verbal. VII – Regência nominal e verbal. VIII – Significação das palavras. IX – Emprego do sinal indicativo de crase. X – Tipologia textual.

MATEMÁTICA	
	I - Operações com números inteiros, fracionários e decimais. II - Sistema legal de unidades de medida brasileiro. III - Perímetro e área das principais figuras geométricas planas. IV - Regra de três simples. V - Porcentagem e juros simples.

ATUALIDADES	
	I – Política. II – Economia. III – Sociedade. IV – Educação. V – Tecnologia. VI – Energia. VII – Desenvolvimento sustentável.

ANEXO III - INTEGRANTE DO EDITAL Nº 004/2016

CRONOGRAMA GERAL

	DESCRIÇÃO	PRAZOS	LOCAL
01	INSCRIÇÕES	10 a 28/10/16	ATRAVÉS DO SITE http://concursos.uvanet.br
02	SOLICITAÇÃO DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO	10, 11, 13 e 14/10/16	ATRAVÉS DO SITE http://concursos.uvanet.br
03	ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DA ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO	10, 11, 13 e 14/10/16	CEPS – Av. Dr. Guarany, nº 317, Bairro Derby, Sobral-CE
04	DEFERIMENTO DOS PEDIDOS DE ISENÇÃO DE TAXA DE INSCRIÇÃO	21/10/16	ATRAVÉS DO SITE http://concursos.uvanet.br
05	PAGAMENTO DO BOLETO DA TAXA DE INSCRIÇÃO	ATÉ 31/10/16	AGÊNCIAS BANCÁRIAS
06	RESULTADO DAS INSCRIÇÕES DEFERIDAS E INDEFERIDAS	07/11/16	ATRAVÉS DO SITE http://concursos.uvanet.br
07	IMPRESSÃO DOS CARTÕES DE INFORMAÇÃO	A PARTIR DE 21/11/16	ATRAVÉS DO SITE http://concursos.uvanet.br
08	PROVA OBJETIVA	27/11/16	DIVULGAÇÃO NO CARTÃO DE INFORMAÇÃO
09	RESULTADO FINAL	23/12/16	ATRAVÉS DO SITE http://concursos.uvanet.br

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA PARA UTILIZAÇÃO DE SISTEMA ELETRÔNICO DE LICITAÇÕES QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SOBRAL E O BANCO DO BRASIL S.A. A Prefeitura Municipal de Sobral, vinculada a administração direta, sito na a Viriato de Medeiros nº 1250, Centro, Sobral-CE, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.598.634/0001-37, representada neste ato pelo seu Prefeito, Sr. José Clodoveu de Arruda Coelho Neto, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade nº 2000002381169 SSPD/CE e inscrito no CPF/MF sob o nº 139.662.513-53, conforme delegação de competência que lhe foi atribuído pelo Termo de Posse de 01/01/2013, doravante denominado MUNICÍPIO, e o Banco do Brasil S.A., Sociedade de Economia Mista, com sede no Setor Bancário Sul, Bloco C, lote 32, 24º andar, Brasília, Distrito Federal, inscrito no CNPJ/MF sob o número 00.000.000/0001-91, neste ato representado pelo Gerente Geral da Agência Dom José (4272-2), Sr. José Erisvaldo Goiano, brasileiro, casado, bancário, portador da Carteira de Identidade nº 23402836-1 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 220.061.843-34, doravante denominado BANCO, ajustam entre si o presente Acordo de Cooperação Técnica, doravante simplesmente ACORDO, para utilização de sistema eletrônico de licitações, de acordo com o processo administrativo nº 0353716, mediante as cláusulas e condições seguintes: CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO O presente ACORDO tem por finalidade dispor sobre as condições de utilização pelo MUNICÍPIO de sistema eletrônico de licitações disponibilizado pelo BANCO, doravante denominado Licitações-e, que possibilita realizar, por intermédio da Internet, processos licitatórios eletrônicos para a aquisição de bens e serviços comuns. CLÁUSULA SEGUNDA - DO FORNECIMENTO DO SISTEMA I - O BANCO fornecerá ao MUNICÍPIO e seus representantes legalmente designados acesso ao Licitações-e, assim como prestará apoio técnico necessário para o seu correto uso, por meio de manuais disponibilizados na página www.licitacoes-e.com.br e suporte técnico via telefone. II – O BANCO poderá cobrar das empresas fornecedoras, no momento do cadastramento de seus representantes para utilização do SISTEMA LICITAÇÕES-E, os custos gerados pela disponibilização da tecnologia da informação, com base no inciso III do artigo 5º da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, e informações constantes no Regulamento do sistema. CLÁUSULA TERCEIRA - DAS CONDIÇÕES DE USO I – O MUNICÍPIO e seus representantes somente ficarão habilitados a utilizar o Licitações-e após o cadastramento em agência do BANCO. No processo de cadastramento, o MUNICÍPIO deverá fornecer documentos com a relação de seus representantes, com identificação dos respectivos perfis de acesso (apoio, pregoeiro e autoridade competente), os quais serão reconhecidos como legítimos para realizarem transações eletrônicas no Licitações-e; II - A partir do cadastramento, o MUNICÍPIO e seus representantes legais estarão habilitados para operarem as funcionalidades do Licitações-e que lhes forem atribuídas; III - A utilização do Licitações-e exigirá o uso de chave e senha pessoal; e IV - O Licitações-e poderá ser acessado diretamente nos endereços eletrônicos www.bb.com.br, opção Licitações, na área salas de negócios